



ESTATÍSTICAS SALVAM VIDAS EM DEFESA DO CENSO



ASSIBGE
Sindicato Nacional

Que o novo ano venha com renovações e esperança para os trabalhadores! Nenhum direito a menos.

JOGO RÁPIDO - VOL. 376 | DEZEMBRO 2020

ENTÃO É NATAL, E O QUE A GENTE FEZ...

Iniciamos o ano de 2020, Executiva Nacional e Núcleos da ASSIBGE SN, implementando as deliberações do congresso dos trabalhadores do ano de 2019, mas a pandemia exigiu de todos adaptação e grandes desafios. Tornou-se prioritário incorporar a garantia da vida e ações de solidariedade em nossa pauta sem perder de vista a defesa da pauta dos trabalhadores, tal como tínhamos definido nas discussões prévias do sindicato.

O combate à Reforma Administrativa, com o qual começamos o ano, continua a acontecer, agora online, com intensa participação da ASSIBGE na Campanha nacional de defesa dos Servidores Públicos. Outro grande avanço foi a consolidação de Fóruns Estaduais que reúnem trabalhadores das esferas municipal, estadual e federal. Dentro das possibilidades de cada contexto regional, a ASSIBGE participou de atos presenciais que foram realizados nesse período em diferentes estados.

No primeiro momento da pandemia, foi nossa prioridade colocar todos os trabalhadores em teletrabalho e quarentena. Fizemos monitoramento das unidades que não respeitavam as regras. Nossa prioridade sempre foi resguardar as vidas dos trabalhadores.

Em 2021 temos muitos desafios. Seguir garantindo o distanciamento do trabalho presencial e a garantia da saúde dos trabalhadores. Transformar a luta pelo pagamento dos custos do teletrabalho pelo empregador em luta de todos os servidores, tendo em vista a necessidade de continuidade e expansão desse formato de trabalho. Que o governo abra o calendário de discussão da pauta dos servidores, o que não foi feito em nenhum momento nesse ano de 2020, pois o governo quer aprovar antes a Reforma Administrativa e seguir colocando uma granada em nossos bolsos.

Precisamos de reajuste de salário para os trabalhadores temporários, pois a carestia é cada vez maior e esses trabalhadores com salários de 1.250 reais estão com dificuldade para manter a própria vida e a de seus dependentes. Precisamos de recomposição salarial para os efetivos, estamos sem reajuste desde 2017, assim como a maioria dos servidores federais. Precisamos de concurso público já, para preencher as vagas tão necessárias e agora ociosas no IBGE.

O censo segue ameaçado. O orçamento encaminhado ao congresso para 2021 é quase 40% menor que o orçamento original. Se for a campo com esse corte, o censo pode não ser concluído. Depois da intervenção no questionário e do corte do orçamento, que segue sendo objeto de luta da ASSIBGE SN, ainda há a possibilidade do censo não ser realizado por conta da pandemia.

Em 2020, aprimoramos nossa comunicação. Expandimos a lista de WhatsApp, entramos no Instagram, ampliamos e melhoramos nossa comunicação no Facebook, para estar mais perto dos ibgeanos. Usamos esses meios também para compartilhar mensagens de outra natureza e interagir mais com os trabalhadores. Precisamos aquecer nossos corações em momento tão difícil da vida de todos e todos e manter nosso esperançar. Vamos superar esse momento juntos! Na luta a gente se encontra! Viva a luta dos trabalhadores!

OLÁ,

o ano não foi fácil, gostaríamos de iniciar nossa carta de fim do ano para além das saudações sindicais, lamentamos pelas vidas perdidas dos companheiros e companheiras ibgeanas, por todo o caos e dificuldade que o nosso povo vem enfrentando para superar a pandemia e por fim, pelo descaso do governo que acabou intensificando o sofrimento.

É impossível fazer o balanço sem expressar nossa profunda consternação, o momento é de união, união para apoiar as famílias dos ibgeanos e ibgeanas que ficaram sem seus entes queridos, união para que tenhamos forças para seguir.

Gostaríamos de contar que cada um da executiva se dedicou para que ficássemos em segurança e também para que direitos não fossem perdidos. Agradecemos aos núcleos pelos esforços, desde a campanha de arrecadação, demonstrando nossa solidariedade com a nossa classe e com a sociedade, até as lives, reuniões internúcleos e plenárias virtuais, levantadas com garra e suor.

Ainda temos muito a conquistar, muito para nos reinventar para fazermos com que os debates ocorram de fato em todos os núcleos. A realidade nos impôs o afastamento físico, e o desafio de ficarmos cada vez mais conectados. Em 2021 precisamos avançar mais, pois já são muitos os ataques anunciados ao IBGE, a nós trabalhadores, e aos serviços públicos como um todo para o próximo ano.

Deixamos o nosso abraço, coragem para a luta e esperança. O sindicato somos todos nós e juntos vamos seguir, para que os retrocessos não passem e para que possamos voltar a sorrir. Como dito por Sérgio Vaz, milagres acontecem quando a gente vai à luta.

[Clique para ler a retrospectiva completa!](#)





V A C I N E - S E

Quando a discriminação racial e a terceirização se encontram no Brasil contemporâneo

A morte de João Alberto Silveira Freitas por espancamento, em uma unidade da rede de supermercados Carrefour de Porto Alegre revela a necessidade da luta antirracista e por melhores condições de trabalho no Brasil. O homem negro de 40 anos foi brutalmente espancado até a morte por dois seguranças terceirizados da rede de supermercados, um desses seguranças era um Policial Militar "temporário".

A brutalidade das cenas revela duas dimensões da barbárie no Brasil contemporâneo: o racismo e a precarização das condições de trabalho. Se por um lado temos um homem negro sendo espancado até a morte, do outro lado temos trabalhadores do setor de segurança precarizados e com poucas garantias, garantias essas que afetam suas vidas e a dos outros, visto que, ficou claro o despreparo para o ofício.

A figura do Policial Militar temporário escancara que a redução do Estado não encontra limites nem nas atividades consideradas típicas de Estado. Assim como no IBGE, os trabalhadores temporários na Brigada Militar do Estado Rio Grande do Sul tem suas funções "limitadas". A demanda por mão de obra faz com que esses trabalhadores temporários sejam deslocados para suprir outras demandas, que necessitam de melhor preparo. A ampliação dos contratos temporários transforma o vínculo de trabalho precário em um elemento estrutural para o funcionamento das atividades do Estado Brasileiro. Hoje 60% da força de trabalho do IBGE é temporária.

É importante destacar que em 17 de agosto de 2020, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da Lei estadual 11.991/2003 do Rio Grande do Sul, que criou a figura do policial militar temporário. A decisão se deu na sessão virtual do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3222, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A ministra Cármen Lúcia, durante o julgamento (ADI) 3222, observou que, embora a Constituição reconheça a possibilidade de contratação por tempo determinado, no caso está evidenciado que o problema da falta de contingente policial no Rio Grande do Sul, que estaria agravando a violência no estado, não tem natureza temporária.

A situação de precarização que os seguranças terceirizados envolvidos no crime enfrentam, jamais justificaria o injustificável porém, ela deixa claro o cenário selvagem ao qual o país está sendo lançado. Sem controle, a brutalidade toma corpo e a estrutura, não modifica.

Jurídico - sempre atuante

O departamento jurídico do sindicato também atua de forma incansável para proteger e preservar os direitos dos ibegeanos e ibegeanas. Pelo [site](#) você fica por dentro de todas as atualizações, também é possível falar com o Jurídico pelos e-mails:

assibge317@hotmail.com, assibge.gq@hotmail.com ou assibge.licencapremio@gmail.com

Lembrando que, o departamento encontra-se em recesso forense e retornará às atividades no dia 21 de janeiro.

Presidente da Caixa diz que não sabia que existem pessoas morando em lixões #600pelobrasil!

O presidente da CAIXA, instituição federal responsável pelos programas de habitação, além da distribuição do auxílio emergencial, Pedro Guimarães, figura cativa das lides do presidente do país, parece estar começando a conhecer o Brasil.

Indicado por Paulo Guedes, quando assumiu a vaga ele proferiu a seguinte frase: "Cuidar do componente social é o que dá sentido à Caixa". Foi Guimarães também, quem criticou o home-office no catastrófico vídeo da reunião ministerial o chamando de "frescurada". Ultimamente, dando o anti-exemplo e contrariando todas as recomendações dos órgãos mundiais de saúde, o presidente posa para fotos sem equipamento de proteção. As últimas constatações de Guimarães deixam claro que, se o auxílio não for prorrogado, viveremos tempos ainda mais difíceis.

Com a promessa do fim do auxílio feita pelo governo a desigualdade pode voltar ao patamar dos anos 80, é o que constata Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), os cálculos mostram o peso da redução do auxílio emergencial no bolso dos brasileiros e os perigos do encerramento quando não temos uma solução para a pandemia. O número de pessoas vivendo em situação de pobreza aumentou em mais de 8,6 milhões na passagem de agosto para setembro, enquanto a população em situação de miséria avançou em mais de quatro milhões. Para chegar a esses números, Duque considerou as informações da Pnad Covid-19 de outubro, divulgada pelo IBGE.

O auxílio não deve ser encerrado, ele precisa ser mantido com o valor anterior, de 600 reais. Não estamos falando de moradia, educação ou qualquer outra necessidade básica, a manutenção dos 600 é para que famílias não passem fome, para que elas sobrevivam à pandemia!

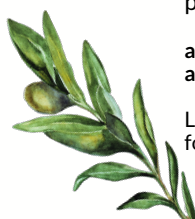
O CENSO e o IBGE são de extrema importância para superarmos os desastres causados pela pandemia

Quando a gente aborda a pandemia, os mais atingidos, os segmentos da população e a vacina com a elaboração de um plano de imunização, não tem como não utilizarmos os dados estatísticos e geográficos do IBGE. Onde aplicar, para quantos, qual faixa etária priorizar? Respostas obtidas apenas com dados do IBGE.

O censo já estava em risco pela dificuldade de se aprovar um volume significativo de recursos, 3 bilhões em contexto de arrocho orçamentário e sob vigência da emenda constitucional 95, que configura uma opção de política econômica austericida, que não contribuiu em nada para a recuperação econômica muito pelo contrário, cavou mais o buraco do poço.

É importante que você, que está lendo o jogo rápido, converse com as pessoas do seu ciclo, comprometa-se com a defesa do CENSO e esclareça sobre sua importância. É impossível pensar políticas públicas sem o CENSO do IBGE, ele estando defasado certamente teremos carência de dados e consequentemente, o necessário poderá não chegar para quem realmente precisa.

ESTATÍSTICAS SALVAM VIDAS





Teto de gastos completa 4 anos com legado de cortes de áreas sociais

A Emenda Constitucional 95, conhecida como Teto de gastos, completou 4 anos. Desde sua aprovação durante o mandato de Michel Temer, a medida tem gerado polêmicas, controvérsias e, principalmente, o desmonte sistemático de políticas e direitos sociais fundamentais para o avanço civilizatório do país.

Ao impor um limite à atuação econômica do Estado, paradoxalmente é o Teto o responsável pelo desequilíbrio das contas públicas, já que afeta a capacidade de o Estado de atuar de forma anticíclica em momentos de crise econômica, o que pode ser atestado pela fraca atividade econômica dos últimos anos.

Neste sentido, a pandemia do coronavírus só evidenciou os problemas do regramento atual, já que o governo e Congresso passaram os últimos meses discutindo a aprovação de uma nova PEC para contornar as deficiências das atuais regras fiscais e garantir recursos mínimos para ampliação dos programas de transferência de renda.

Diante do aprofundamento da crise econômica, social e sanitária que o país atravessa, não precisamos de um Teto de Gastos, mas de regras transparentes, factíveis e racionais, que permitam ao Estado proteger a população do desemprego, da miséria e da fome, problemas que só se agravaram com a pandemia.

Texto: Arca Desenvolvimento Sustentável

Como os atuais servidores entram na reforma administrativa proposta pelo governo?

A PEC 32 prevê a possibilidade de extinção de cargos e órgãos por meio de decretos autônomos do chefe do Poder Executivo.

Para aprovar a Reforma Administrativa (PEC 32) o governo tenta iludir o servidor público que já está na ativa com o discurso de que ele não será afetado. Essa é uma forma de desmobilizar os servidores, deixá-los tranquilos. Em todos os discursos, seja de membros do Executivo ou do Legislativo, propaga-se a ideia de que medidas como o fim da estabilidade e a retirada de outros direitos trabalhistas estão restritas aos servidores que ingressarão após a aprovação da PEC.

Na realidade, a Reforma também afeta os servidores que já estão investidos em seus cargos. Uma das medidas do texto enviado ao Congresso é a ampliação dos poderes do chefe do Executivo para extinguir cargos efetivos ou comissionados e órgãos públicos sem a necessidade de aprovação de lei, por meio dos chamados decretos autônomos, com a condição de que isso não gere aumento de despesa. Hoje, para que seja possível essa extinção é necessário que os cargos estejam vagos.

O novo texto não contém essa exigência e se presume que cargos ocupados poderão ser extintos. Portanto, no caso dos servidores que já estão nos quadros do serviço público, existe o risco real de que percam seus empregos se o presidente julgar que assim deve ocorrer. Bastará apenas o poder de uma caneta. É por esse motivo que os servidores públicos devem se unir e lutar agora contra a PEC 32, para não sofrerem esse ataque no futuro.

Texto: Fonasefe



Super salários são exceção no setor público federal, aponta estudo da AFIPEA

A proposta de reforma administrativa (PEC 32/2020) que o governo enviou ao Congresso Nacional no dia 3 de setembro de 2020 não inclui a regulamentação do teto constitucional, o que poderia acabar com os chamados "super salários" no setor público brasileiro. Pelo contrário: o texto apresentado preserva as carreiras de maior remuneração e ameaça aquelas mais diretamente ligadas à prestação de serviços, como professores de ensino básico e médio, enfermeiros, médicos e demais profissionais da rede pública de saúde, assistentes sociais, bombeiros, policiais civis e militares, guardas municipais etc.

É o que o pesquisador Wellington Nunes, doutor em sociologia pela Universidade Federal do Paraná, sustenta na Nota Técnica "A Elite Salarial do Funcionalismo Público Federal: identificação conceitual e dimensionamento empírico", publicada pela Afipea. Segundo o autor, a proposta do governo levou quase dois anos para ficar pronta, mas ainda se parece com os programas eleitorais.

De acordo com o pesquisador, a regulamentação do teto remuneratório, previsto no art. 37 da Constituição Federal, sequer precisaria de uma Emenda Constitucional, podendo ocorrer por Lei Ordinária, como o PL 6726/2016, já aprovado pelo Senado e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Já o texto da PEC 32/2020 não corrige as distorções salariais no setor público, nem tampouco enfrenta a questão das remunerações acima do teto constitucional, mas sugere o rebaixamento e maior dispersão salarial justamente para o restante dos servidores públicos.

Para o autor, se o objetivo for de fato enfrentar as distorções salariais no setor público, o trabalho deveria começar fundamentalmente por procuradores, desembargadores, juízes, dirigentes do serviço público federal, deputados, senadores, diplomatas, ministros e secretários de ministérios, pois várias dessas categorias não estão incluídas no projeto de reforma administrativa enviado ao Congresso Nacional.

Disponível em: www.afipeasindical.org.br



Plano de convivência: orientações para o final de ano - FIOCRUZ

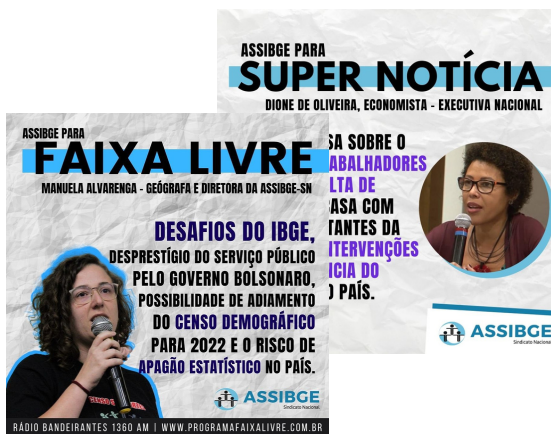
As festas de final de ano geralmente são momentos de confraternização e encontros. Porém, no cenário de pandemia de Covid-19 vivido em 2020, esse período também é preocupante no que diz respeito ao aumento da transmissão do vírus.

[Clique aqui e confira na cartilha da FIOCRUZ.](#) 

Lembrando que: a forma mais segura de passar o Natal e o Réveillon é ficar em casa e celebrar apenas com as pessoas que moram com você, nenhuma medida é capaz de impedir totalmente a transmissão da Covid-19.

RETROSPECTIVA - CLIQUE NAS FOTOS

ASSIBGE



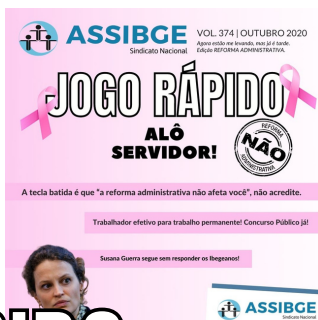
ASSIBGE NA MÍDIA

C
O
N
C
U
R
S
O



DE MARCHINHAS

Clique para ouvir as marchinhas vencedoras



TELETRABALHO

Avaliação dos impactos para os trabalhadores do IBGE



Defenda o serviço público se posicionando contra a Reforma Administrativa.

FONASEFE
Fórum das Entidades Nacionais
dos servidores Públicos Federais



Precisamos do apoio de todos para defendermos o serviço público e seus servidores. Trabalhamos para o povo e não para o governo de plantão. Participe, compartilhe e comente, vamos juntos, em defesa da vida, em defesa do servidor.

Clique no Instagram ou no Facebook, leia e compartilhe os materiais (também disponíveis no site, assibge.org.br).

facebook

Instagram